DECRETO Nº 12.429 196

EMENTA: Altera a redação do Decreto nº 17.063, de 07 de agosto 1995, e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 54, inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1° - O art. 3°,0 § 2° do art.7°, o § 1° do art. 8° e o artigo 12 do Decreto n° 17.063, de 07 de agosto de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

- "Art. 3º A Gratificação de Produtividade Fiscal será atribuída, mensalmente, mediante a obtenção de Unidades de Produtividade Fiscal UPFs, que serão apuradas no mês subsequente ao trimestre de produção.
- § 1º Na apuração a que se refere o "caput" deste artigo, será calculada a média aritmética das Unidades de Produtividade Fiscal relativas ao trimestre de produção, obtidas individualmente em função das situações previstas nos incisos I a VII do artigo anterior, para efeito de pagamento no trimestre de percepção.
- § 2º Entende-se por trimestre de percepção, aquele que tem início no mês subsequente ao mês de apuração.

Art.	70	······································

§ 2º -O Projeto de Auditoria poderá conter mais de uma	área,
desde que pertencentes ao mesmo grupo, observando-se sen	ipre o
número mínimo de pontos estabelecidos para o respectivo Pro	ojeto.

Art. 8°....

§ 1º - Para efeito de acumulação de saldo, devem ser consideradas as Unidades de Produtividade Fiscal decorrentes do preenchimento regular de papéis de trabalho e da execução de atividades que resultem no incremento das ações de auditoria.

Art. 12 - Em decorrência das licenças referidas nos incisos V e VI do artigo 95 da Lei nº 14.728, de 08 de março de 1985, as Unidades de Produtividade Fiscal, produzidas e não percebidas na forma de Gratificação de Produtividade Fiscal, serão atribuídas proporcionalmente aos meses de produção para cálculo da referida Gratificação, a ser paga nos primeiros 04 (quatro) meses a partir do mês em que tenha retornado às suas funções."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o parágrafo único do Art. 12 do Decreto nº 17.063, de 07 de agosto de 1995 e o parágrafo único do art. 21 do Decreto nº 14.580, de 29 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo Decreto nº 15.077, de 30 de março de 1990.

Recife, 05 de Agosto de 1996

/Jarbas Vasconcelos

Prefeito da Cidade do Recife.

Paulo Guilherme Moreira de Melo Secretário de Finanças

Dorany de Sá Barreto Sampajo

Secretario de Assuntos Jurídicos e Administrativos